I Parte

Introdução

APRESENTAÇÃO DA TESE

1 - Sumário

Este trabalho insere-se no âmbito do estudo da história contemporânea de Portugal, no período que medeia entre o 25 de Abril e o final da década de 80, em especial no que se refere à história da educação e das suas instituições e, de modo particular, incide no estudo de caso de uma instituição do subsistema do ensino superior particular e cooperativo[1] – a Universidade Livre.

O objecto do nosso estudo é, assim, o subsistema do ensino superior privado, em particular aquele que se configura de acordo com algumas características que já encontramos na “Universidade Livre”, e nos contextos sociais que lhe estão associados, e que reflectem a dinâmica da Sociedade Portuguesa de então.

O principal objectivo é a realização de uma análise crítica que explique as modificações do sistema de ensino superior privado em Portugal, após o 25 de Abril, em função dos acontecimentos que marcaram a vida da citada instituição. Tal objectivo pressupõe uma análise dialéctica que relacione tais acontecimentos com as estruturas mais profundas da Sociedade Portuguesa, nesse período, e das suas instituições de ensino e investigação, enquanto reflexo da dinâmica das estruturas sociais dominantes. Para o tratamento da nossa hipótese de trabalho é crucial, em primeiro lugar, (1) a definição da natureza exacta dos acontecimentos sociais e políticos que marcaram o surgimento e desaparecimento da Universidade Livre e, (2) a comprovação da existência de uma correlação entre tais acontecimentos históricos de curta duração e a lógica estrutural de

[1] Ao longo do remanescente deste trabalho será sempre utilizada a designação “privado” para designar este subsistema. Esta opção pela não utilização da designação “oficial” do subsistema de ensino superior privado procura ir de encontro àquilo que é a designação mais correcta destas estruturas organizacionais do ponto de vista económico, para além de ter em linha de conta a designação internacionalmente utilizada para todos os estabelecimentos de ensino superior não-públicos.

longa duração que presidiu a toda a configuração posterior do subsistema do ensino superior privado, para além de se estabelecerem relações com a configuração actual do sistema de ensino superior, globalmente considerado, e com as ideologias que têm vindo a presidir à sua organização.

A definição destes dois elementos enquadra-se num projecto mais amplo de reflexão e avaliação crítica da situação actual do ensino superior em Portugal e dos princípios que têm presidido às práticas da educação superior e da investigação de índole académica. A consideração da necessidade de analisar e compreender a genealogia de parte do nosso sistema actual de ensino superior, em função de um quadro político e social específico, implica a assunção prévia de que tal quadro possuía, no seu interior, características que se vieram a revelar determinantes para a análise das formas actuais de organização e desenvolvimento do ensino superior no nosso País.

O trajecto de investigação apresentado é suportado na análise de várias fontes históricas complementares. A verificação de (2) servirá, complementarmente, e de acordo com uma perspectiva de formatação social das instituições de ensino, para definir (1).

Assim, este trabalho discute um caso particular – o da Universidade Livre - e cruza essa análise com as várias redes que constituem a nossa organização social, nomeadamente no que se refere ao ensino superior universitário.

2 - Contexto e Método

Todo o Povo que atinge um certo grau de desenvolvimento

sente-se naturalmente inclinado à prática da Educação.

Ela é o princípio por meio do qual a comunidade

humana conserva e transmite a sua peculiaridade

física e espiritual (...)

Werner Jaeger, ***Paideia***, 1951

Este estudo situa-se no campo das Ciências Históricas e Sociais, em especial nos da História e Sociologia da Educação, embora seja também fortemente devedor da análise social de contextos associados de discussão da forma e natureza da nossa experiência colectiva. A evolução das estruturas organizacionais, nomeadamente as educativas, e o processo com elas relacionado de escrita de uma história (de Certeau, 1988) que possui profundas relações com as circunstâncias políticas e sociais que os acontecimentos de um determinado período reflectem, constituem o objecto desta tese.

Ao nível micro, este trabalho centra a sua análise no estudo de caso do processo evolutivo de uma das instituições mais significativas do ensino privado – a Universidade Livre –, enquanto que ao nível macro se procuram retirar da análise das representações associadas aos acontecimentos que marcaram o processo evolutivo daquela Universidade conclusões sobre a importância desse processo, para as circunstâncias actuais do ensino superior privado em Portugal, e respectiva influência na definição das políticas educativas, no período em questão, e em épocas posteriores.

Os aspectos particulares do processo de evolução do sistema de ensino superior em Portugal, que descrevemos neste trabalho, colocam uma tónica muito clara na

importância do relacionamento entre a dinâmica social e política dominante e as várias formas de organização institucional, nomeadamente ao longo de todas as transformações que observámos, no âmbito das políticas educacionais, e dos modelos de estruturação económica e organizacional que lhes estão associados.

Para Dale (1986), os estudos de política educativa podem ser divididos em três níveis, conforme o seu objecto. Um primeiro nível, que o autor denomina de administração social e que tem como objecto a resolução de problemas práticos e específicos de uma determinada área do sistema educativo; um segundo nível, que o autor chama de análise política e que tem como objecto a implementação, com sucesso, de políticas sociais independentes de conteúdos concretos, situando-se assim na área do planeamento estratégico; e um terceiro nível, que o autor classifica de projecto das ciências sociais, que tem como objecto, em última instância, a análise crítica do sistema e a sua melhor compreensão.

Enquanto que no primeiro grupo a preocupação dominante se situa ao nível das propostas para melhorar o funcionamento de um aspecto específico do sistema educativo, e, no segundo nível, se alarga este tipo de preocupações, em ordem à formulação e implementação de políticas sociais, através do planeamento estratégico e da reflexão prospectiva, é no terceiro grupo que vamos encontrar o tipo de estudos em que consideramos que o nosso trabalho se insere. Assim, num contexto de análise das relações e estruturas de poder na sociedade, vamos encontrar neste nível estudos teóricos mais preocupados com a resolução de problemas, mas também outros estudos de natureza crítica que, tal como o nosso, têm como propósito central uma teoria crítica da sociedade e respectivas políticas no campo educativo. Este tipo de estudos mantém uma estreita

relação com a análise política e não esquecem que, nas sociedades actuais, as políticas educativas, e para este efeito qualquer actividade de estruturação colectiva, ocorrem em meios marcados pela heterogeneidade e pela complexidade, estando por isso sujeitas a dinâmicas sociais por vezes contraditórias e incompatíveis.

No nosso trabalho entendem-se como políticas educativas todas as construções políticas e sociais de que resultam estratégias e medidas concretas que implicam uma adequação das estruturas e dos meios da educação às evoluções demográficas, culturais e económicas (Charlot & Beillerot, 1995).

A Universidade Livre, surgida no final da década de setenta – os primeiros cursos iniciaram-se no ano lectivo de 1978/79 e a Universidade é aprovada em 1980 –, tem as suas raízes no período revolucionário pós-25 de Abril, quando o “Círculo de Estudos Sociais VECTOR”, ideologicamente conotado com a direita política, fomenta a leccionação de vários seminários sobre gestão de empresas, em contextos de convulsão social, através de uma cooperativa denominada CEASE – Centro de Estudos e de Apoio Sociológico a Empresas.

Apesar da heterogeneidade dos fundadores da Universidade Livre, é de salientar, logo a partir do segundo ano de funcionamento, a existência de um leque de docentes de alta reputação universitária, na sua maioria oriundos dos quadros universitários de professores catedráticos das Universidades de Lisboa e de Coimbra, então ainda “saneados” dessas Universidades, por iniciativa de grupos de extrema esquerda, através de processos característicos da convulsão social subsequente ao 25 de Abril.

Dentre tais docentes podem citar-se, entre outros, Adelino da Palma Carlos, Adriano Moreira, Justino Mendes de Almeida, Henrique Martins de Carvalho, José João

Gonçalves de Proença, António Gonçalves Rodrigues, Vasco Fortuna e Inocêncio Galvão Telles.

Logo no segundo ano de funcionamento, a Universidade Livre abriu as suas actividades no Porto, praticamente com os cursos que já eram leccionados em Lisboa, com excepção das Línguas, ou seja: Direito, Economia, Gestão, Matemática e História.

O êxito deste Projecto Educativo, apesar da conflitualidade que o caracterizou e que mais adiante estudaremos, foi enorme, sendo disso prova o elevado número de alunos que desde o início o procurou: cerca de mil logo no primeiro ano e, depois, em progressão quase geométrica, até ao seu ocaso, em 1986, nove anos depois do seu início, sendo nessa altura frequentado por cerca de sete mil alunos.

A extrema conflitualidade surgida na Páscoa de 1985, bem visível na ocupação da Universidade durante uma semana, por um grupo de estudantes de Direito, a que adiante nos referiremos, provoca, em meados da década de oitenta (Decreto-Lei n.º 3/87 de 3 de Outubro), a extinção desta Universidade. Mesmo assim, a Universidade Livre afirmar-se-á como o primeiro projecto de ensino universitário verdadeiramente privado em Portugal, e, do seu interior, irão brotar a maior parte das instituições que, ainda hoje, constituem o subsistema de ensino superior privado. As vicissitudes por que o projecto passou jogaram um papel preponderante no estabelecimento das políticas educativas relacionadas com o ensino superior, até aos dias de hoje, como adiante veremos.

Por todo este processo perpassam as questões ideológicas e políticas centrais para a construção das políticas de ensino superior no Portugal contemporâneo, e o surgimento e extinção da instituição é profundamente marcado pelas relações de poder então existentes. A análise diacrónica de todo o processo põe em evidência as clivagens

essenciais para a compreensão do estado actual do nosso sistema de ensino superior e o papel que neste se confere ao subsistema privado.

Constitucionalmente consagrada no período pós-revolução dos cravos, a liberdade de ensinar e de aprender e, consequentemente, a liberdade de escolher e de criar escolas, esteve sempre na base dos mais acesos debates que, quase sempre, acabaram por se resumir à discussão em torno do papel que o Estado deve ter na educação superior e, por complemento ou oposição, qual o papel da sociedade civil nesse mesmo processo social e organizacional, essencial para a modelação do nosso colectivo.

Após a euforia do período revolucionário, tornou-se consensual entre as principais forças políticas que o Estado não deve, nem pode, ter o monopólio do ensino e que a existência de um subsistema privado seria inevitável e até desejável (Miranda, 1995).

Sem querermos entrar na discussão de questões ideológicas de fundo sobre o papel do Estado nas políticas educativas – deverá ser o Estado a promover a criação e manutenção de Escolas ou deverá, antes, garantir e fiscalizar a qualidade do seu funcionamento, os seus resultados operacionais e o acesso em condições igualitárias de todos os cidadãos à sua frequência? – importa realçar que, no contexto histórico em que se situa a nossa análise, a discussão centrava-se, essencialmente, na delimitação do papel que o ensino privado devia assumir face ao público. Enquanto uma boa parte das forças políticas do período (Miranda, 1995) defendiam o carácter totalmente supletivo do ensino privado face ao ensino público, ou seja à medida que o Estado fosse estabelecendo a sua rede de ensino o subsistema privado supletivo desapareceria, outros havia que defendiam a existência de um ensino particular supletivo, mas não substituível por uma rede pública de ensino superior.

Importa, ainda, realçar que para o poder político de então não havia qualquer identificação entre a noção de escola privada e a de actividade comercial, sendo o ensino privado caracterizado por uma liberdade positiva de ensinar doutrinas, filosofias ou princípios próprios de um determinado grupo ou confissão religiosa.

A Universidade Livre é um fruto do contexto político e social do período e nela se materializa o debate por detrás da definição de muitas das políticas educativas na área do ensino superior após o 25 de Abril. Mas ela também é um espaço de confronto e reorganização de relações de poder, um espaço institucional onde se configura uma parte significativa da estrutura de longa duração que caracteriza o ensino superior no Portugal contemporâneo.

A educação esteve e está presente das formas mais variadas em todos os processos de evolução histórica e política das nossas sociedades. Mas a própria prática educativa e as políticas que lhe estão subjacentes, também se foram transformando ao longo da história, quer como actividade ligada ao acto individual e colectivo de ensinar e de aprender, quer como dimensão onde se integram as estruturas organizacionais que suportam tais actividades.

As organizações educativas evoluíram e os seus métodos e processos também. Portugal não é excepção, e a evolução de muitas das suas instituições de ensino, principalmente após a adesão, em 1986, à União Europeia, reflecte tendências mais globais, nomeadamente aquelas que se referem à massificação e democratização do acesso e frequência de estabelecimentos de ensino superior e consequente aumento da oferta pública e não-pública de escolas e áreas de formação. Essa evolução, de que resultaram aparentemente novas formas e novos contextos de ocorrência da experiência

educativa, de que o modelo privado de organização e manutenção de estabelecimentos de ensino é apenas um exemplo, materializa-se através de um conjunto de políticas e formas de organização em que as modificações sociais ganham sentido através da compreensão de estruturas e de relações de poder mais profundas.

O sistema de ensino e as instituições que são objecto do nosso estudo são analisados à luz de duas grandes preocupações: mudança social e processos de modelação social. A nossa perspectiva teórica procura acentuar, de forma crítica, os traços originais das novas formas de organização do sistema de ensino superior, e destaca as instituições de formação superior como um campo crucial para a avaliação das diferentes variáveis presentes na relação entre as várias forças sociais.

No que diz respeito aos processos de modelação social e à forma como estas instituições afectam, hoje, parte da nossa identidade colectiva, a principal preocupação temática deste trabalho é a de perceber se, no Portugal contemporâneo, as instituições de ensino superior, nomeadamente as privadas, representam efectivamente algo de novo, passível de provocar profundas transformações nas políticas educativas e nos modelos de organização do sistema de ensino.

O tema da Universidade, genericamente considerada, simultaneamente como agente de mudança e produto da evolução cultural e social, constitui o horizonte de reflexão e análise do nosso trabalho, a partir do caso especial da Universidade Livre.

A nossa escolha da Universidade como objecto de análise não foi acidental. A Universidade é um sector crítico do desenvolvimento social e, provavelmente, aquele onde melhor se podem detectar os traços das várias dimensões de relacionamento entre poder político e sociedade.

Em poucas outras áreas organizacionais como na Universidade, se manifestam em paralelo formas e contextos tão diferentes de materialização de meios para atingir objectivos aparentemente homogéneos, e encontramos representadas forças sociais tão variadas. As instituições educativas são parte essencial da história política, social e cultural de um País e as Universidades são um objecto de estudo central para a compreensão dos sistemas de ensino como reflexo da sociedade que os produz e a que se destinam.

A Universidade é, assim, um objecto privilegiado para compreendermos de que forma é que se estão a transformar as nossas fronteiras sociais e culturais e, consequentemente, a redesenhar a nossa experiência colectiva.

Foi na sociedade Grega do Século IV, antes de Cristo, que se começou a impor uma concepção clara e exacta do lugar que a educação devia ocupar na construção do todo social (Jaeger, 1989). Essa concepção não era puramente política ou religiosa. A concepção unitária que os Gregos faziam do acto de educar exaltava acima de tudo o indivíduo e o seu potencial criador. Era este facto que a tornava única, e que, provavelmente, determinou a sua influência até aos nossos dias. A importância conferida à educação do indivíduo como elemento essencial da estruturação social, representou uma posição singular – e, à data, totalmente original. Mas os Gregos foram ainda mais longe ao integrar a sua concepção numa lógica de organização da própria sociedade. Educar era, para os Gregos, uma actividade que pertencia, por excelência, à comunidade, porque era a favor da comunidade que revertiam os seus benefícios.

Uma concepção do lugar do indivíduo na sociedade e da importância que o acto de educar tem para a estabilização e formação desse mesmo indivíduo e do todo em que

ele se inclui, constitui um elemento essencial de qualquer sistema social e dos contratos que lhe estejam subjacentes (Rawls, 1993). A Universidade é, por isso, nos nossos dias, um dos principais objectos em que se materializa tal contrato social.

O acto de educar configura um processo de desenvolvimento individual em que se cruzam múltiplas influências e referências, em ordem à construção de novos conhecimentos e saberes (Papert, 1980). No entanto, este processo de desenvolvimento individual ocorre no interior de um campo social relativamente estruturado, onde há vários factores sociais e económicos em jogo. As Universidades, e os contextos sociais que lhes estão associados, não são um elemento menor desta equação e a sua análise sistemática e consistente constitui, sem dúvida, um contributo essencial para a melhor compreensão da sociedade e das condições políticas de produção do conhecimento.

Ao campo das Ciências Históricas corresponde, actualmente, uma vasta área científica, onde se cruzam os mais variados saberes, desde as ciências sociais até às humanidades, passando pela antropologia e pelas ciências económicas.

Ao longo da sua história, a investigação, no nosso País, no campo das Ciências Históricas, tem estado quase sempre relativamente alheada das problemáticas específicas das políticas educativas, nomeadamente no campo do ensino superior, concentrando grande parte da sua atenção, ou na história das instituições (Serrão, 1983) ou na relação entre os factos educativos e os quadros evolutivos mais amplos (Carvalho, 1985). Com efeito, raramente a problemática das universidades, e provavelmente nunca o subsistema do ensino superior privado e cooperativo, constituiu preocupação central de reflexão e de análise de um autor ou escola de autores.

O principal motivo para esta falta de interesse reside no facto de a actual configuração do sistema de ensino superior ser relativamente recente, para não afirmarmos que tal configuração estará ainda muito longe de uma estabilidade sustentável, e de se ter imposto em contextos de forte heterogeneidade, onde é difícil descortinar um fio condutor, ou um quadro estável de desenvolvimento.

Também fortemente dependente, como aliás iremos comprovar, do poder político, o ensino privado encerra em si um quadro evolutivo ainda mais complexo do que aquele do ensino público, porque são mais amplas as dinâmicas de poder que intervêm na definição das suas políticas evolutivas – não é só o Estado, mas também outros grupos sociais, que intervêm na sua modelação. Tal facto contribui para a quase inexistência de análises do seu processo de evolução histórica.

Ou seja, para a tradição portuguesa de investigação, no campo das Ciências Históricas, têm sido outros os objectos que constituem uma preocupação central, embora se deva referir que no campo da história da educação são muitos os exemplos de análises profundas do sistema de ensino, das políticas educativas e da relação destas com a dinâmica social (Adão, 2001).

Embora o nosso trabalho lide com problemáticas próprias da história da educação, não cabem nele a discussão, ainda que historicamente contextualizada, de temas recorrentes da investigação em Ciências da Educação, como o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, a natureza da experiência educativa ou outros (Bentley, 2000).

A Universidade reflecte sempre uma acção dos sujeitos individual e colectivamente organizados, determinada por uma interacção que envolve relações

sociais e culturais de poder. As políticas educativas vão-se transformando em função da importância relativa que cada uma das forças em relação dinâmica atribui à Universidade em ordem a alcançar os seus objectivos.

Considerado este papel central da Universidade, quer a um nível micro de organização e dinâmica interna, quer a um nível macro de organização global de um sistema de ensino e políticas que a tal presidem, é perfeitamente natural que as Ciências Históricas advoguem para si um estatuto de primazia na análise das problemáticas da história das instituições de ensino e respectiva relação com quadros sociais historicamente delimitados e analisados, nomeadamente aqueles que envolvem a estruturação dos tempos de evolução das sociedades.

A Universidade Livre é a face institucional de um acontecimento histórico onde tais relações surgiram de forma proeminente no Portugal contemporâneo. Num período em que a definição de políticas educativas e de organização do ensino superior adequadas à nossa realidade e que correspondessem aos reais interesses do País continuava no topo da agenda política e social (Crespo, 2003), importa analisar aqueles acontecimentos que, pela sua relevância, características e mecanismos, constituem reflexo de uma representação, socialmente produzida, que permite compreender parte significativa do funcionamento da sociedade (Nora, 1974).

O principal objectivo do nosso trabalho é, em síntese, a validação da seguinte premissa: o acontecimento histórico, associado ao “caso” Universidade Livre, reflecte a dinâmica e as relações de poder da sociedade do período e encerra, em tal significação social, as condicionantes de toda a evolução posterior do subsistema privado de ensino em Portugal, bem como de parte importante das políticas educativas que ordenaram a

evolução do ensino superior no nosso País, desde meados da década de setenta, até aos dias de hoje.

Para além deste objectivo principal, devemos ainda assinalar outros dois objectivos essenciais para o cumprimento dos nossos propósitos. O primeiro desses objectivos diz respeito ao estabelecimento da natureza exacta das relações de poder e conflitualidades que presidiram à evolução do projecto da Universidade Livre. O segundo objectivo diz respeito ao estabelecimento de um quadro de análise do acontecimento que isole todos os actores sociais envolvidos, na representação do processo, nomeadamente aqueles que se vieram a tornar essenciais para a posterior configuração do sistema. A prossecução deste objectivo implica uma análise das várias representações associadas ao acontecimento, nomeadamente as que decorreram nos média. Ou seja, cada um destes objectivos situa-se, respectivamente, a montante e a jusante da nossa temática principal e possui inegável relevo, para o seu estudo e análise.

Estes objectivos encontram-se implícitos nas perguntas que despoletaram a nossa investigação: como é que se processou exactamente a evolução da Universidade Livre e que relação é que tal processo teve a ver com a dinâmica social do Portugal da época? Até que ponto o processo da Universidade Livre foi determinante para a configuração actual do ensino superior privado em Portugal? Até que ponto é que o “caso” da Livre influenciou as políticas educativas do período e as posteriores? Será que podemos detectar na Universidade Livre e nas políticas educativas em confronto ao longo de todo o processo, um micro-cosmos representativo de toda a estrutura do ensino superior no Portugal contemporâneo?

Tal como qualquer outro investigador, também nós colocámos logo de início em causa as condições de validade da nossa investigação e recorremos a um conjunto de pressupostos sobre a natureza do conhecimento e da metodologia de investigação com que trabalhámos. A nossa preocupação essencial era a seguinte: a organização e gestão de instituições de ensino superior está diariamente presente na nossa vida e fomos participante efectivo no processo da Universidade Livre. Tais factos poderiam contribuir para uma incapacidade de distanciamento epistemológico, que anularia a validade desta investigação, transformando-a num discurso opinativo individual.

Para contrariar tais factos optámos por duas estratégias. Por um lado, utilizámos a nossa própria experiência pessoal como mais um dos elementos testemunhais que constituem uma das fontes do trabalho, assim assumindo a existência de uma opinião sobre o processo, mas enquadrando-a como apenas mais um elemento de análise no meio de muitos. Por outro lado, transformámos, de forma que nos parece positiva, a nossa experiência num ponto de vista sobre o acontecimento e num elemento metodológico de natureza observacional interna e participada, que submetemos à avaliação crítica do tempo de longa duração e das variáveis que a delimitação do mesmo nos permitiu enquadrar.

A tarefa que aqui nos propomos enquadra-se, assim, e, antes de mais, numa exploração das próprias circunstâncias sociais e colectivas e uma experiência pessoal. Ou seja, a relevância do objecto de estudo manifesta-se não apenas do ponto de vista científico, mas também da explicação da própria experiência individual, em linha com um pensamento tão dos nossos tempos que exige a cada homem que se explique a si próprio antes de poder explicar as acções dos outros.

A busca de respostas para as questões enunciadas iniciou-se, assim, com uma busca pessoal, mas foi a total ausência de uma avaliação histórica crítica do papel e valor do ensino privado, no contexto do sistema de ensino superior em Portugal, que constituiu o principal factor de motivação que despertou a nossa atenção e motivou esta investigação.

Um dos objectivos indirectos desta investigação, acima não enunciado, mas que acabou por surgir, implicitamente, à medida que o nosso trabalho se foi desenvolvendo, e que a análise das representações do acontecimento realizadas, através dos média, adquiriram maior relevância metodológica, é a verificação da validade de uma metodologia de *avaliação* centrada na análise das consequências da relação entre um meio de comunicação – neste caso a imprensa escrita - e os seus utilizadores. A metodologia prosseguida é devedora de diversas tradições de análise, tendo esta multiplicidade disciplinar o objectivo último de facilitar a análise e a compreensão do papel dos média nas redes sociais e institucionais em que se localizam (Lievrouw & Livingstone, 2002).

A análise do papel da imprensa no período subsequente ao 25 de Abril tem sido realizada no âmbito de vários estudos (Mesquita, 1994) e a evolução do sector dos média no nosso País ao longo das décadas seguintes, embora com valores qualitativos diferentes, consoante a tecnologia, tem sido, no caso da imprensa (Obercom, 2004), objecto de análise e levantamento regular que permite estabelecer um quadro de compreensão relativamente rigoroso dos contextos de produção e disseminação de informação oriunda de acontecimentos mediáticos do tipo daquele que aqui nos propomos analisar.

Como já anteriormente referimos, a nossa metodologia de investigação envolve uma linha principal, que tem um propósito dominante de teoria crítica e análise social, mas mantém, no que se refere ao seu contexto teórico, estreitas ligações com a análise política (Dale, 1986).

O procedimento seguido ao longo desta metodologia tentou, não só cumprir com critérios de generalização e adequação que permitissem alargar o âmbito do estudo de caso, por forma a que da sua análise resultassem conclusões, com relevância mais ampla, mas, também, com critérios de validação científica, que pudessem suportar os resultados e garantir a validação global da metodologia (Carré, 2003).

Os critérios de validação considerados foram: a) a adequação entre o âmbito da nossa investigação e o volume de informação empírica recolhida e tratada; b) a explicitação do quadro teórico, em função dos objectivos e do nível de análise preconizado; c) a validação das conclusões, a dois níveis distintos: verificação empírica da hipótese e consistência teórica dos resultados.

A nossa metodologia tentou respeitar estes critérios e obedecer à intenção de generalização e adequação, através de um procedimento metodológico, organizado em função de dois paradigmas de investigação: 1) histórico-documental; 2) observacional. Para cada um destes paradigmas procedeu-se ao desenho de um modelo de análise e ao isolamento de objectos passíveis de uma análise qualitativa, em ordem à compreensão do quadro social mais vasto, através da análise exaustiva de um objecto circunscrito.

Assim, e para cada um dos paradigmas referidos, procedeu-se ao cruzamento de várias técnicas de análise e recolha de informação. No caso do paradigma histórico-documental, as técnicas documentais incluíram o recurso a fontes primárias e secundárias

muito diversas, fundamentalmente aquelas que existem na Biblioteca Nacional, no arquivo Histórico do Ministério da Educação, no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Universitária Victor de Sá da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, entidade depositária da antiga biblioteca da Universidade Livre e que se revelou de crucial utilidade. Estes documentos, nomeadamente os de natureza legislativa e processual, foram complementados por outros dois objectos essenciais de análise: a informação recolhida através de um largo conjunto de entrevistas e inquéritos qualitativos, com intervenientes e decisores envolvidos no processo, e os elementos recolhidos através de uma profunda análise da imprensa escrita do período histórico em causa.

Tão vasta recolha de elementos documentais teve como objectivo cruzar e verificar os dados publicitados com informação não publicitada que esteve na origem da maior parte das variadas tomadas de decisão que ocorreram ao longo de todo o processo.

A análise de imprensa, para além de também cumprir com o objectivo anterior, cumpriu com um propósito metodológico essencial para a validação da nossa hipótese de trabalho, a saber: o de integrar o “caso” da Universidade Livre como acontecimento mediático da sociedade do período e, entendendo assim esse processo, verificar se as representações parciais e deformadas que cada média produziu sobre o acontecimento reflectem um posicionamento relativo desse média na sociedade e, consequentemente, um ponto de vista sobre uma instituição que também é ela mesma uma representação da sociedade. Dito de outra maneira, assumindo uma perspectiva de formatação social dos média (Livingstone & Lievrouw, 2002), de acordo com a qual cada meio de comunicação é, simultaneamente, o objecto de uma modelação social, um meio de transformação

social e algo que sofre as consequências do processo de evolução social, consideramos que os meios de comunicação social do período, nomeadamente a imprensa escrita, são fortemente marcados por um cunho ideológico que reflecte a dinâmica social então existente. Se, conforme postulamos na nossa hipótese, a instituição Universidade Livre também encerra, em si, e nas políticas educativas que ocorrem em seu torno, formas de representação dessas dinâmicas e forças sociais e políticas, então, necessariamente, a análise do tratamento que a imprensa faz do acontecimento que se desenha em torno do processo de evolução da instituição, permitirá ela própria perceber que o acontecimento encerra uma representação, com amplo significado, da dinâmica social da época e da importância que a mesma veio a ter em desenvolvimentos posteriores.

A nossa análise segue um paradigma histórico-documental de levantamento das origens e causas da instituição e dos acontecimentos que marcaram o seu processo de desenvolvimento, para, a partir dessa análise, determinar quais os elementos que podem ser extrapolados como constituintes ou impulsionadores de evoluções e dinâmicas sociais mais amplas e modeladoras das políticas educativas em discussão.

Esta perspectiva histórica tenta incorporar na análise de um fenómeno institucional o contexto cultural e social de mudança.

Finalmente, uma metodologia observacional esteve presente no nosso trabalho, através da observação interna e participante. Como já atrás referimos, praticamente desde o 25 de Abril que estamos ligados à organização e gestão de estabelecimentos de ensino superior, tendo acompanhado do interior todo o processo da Universidade Livre e a genealogia posterior de outras instituições de ensino superior não-público. O equilíbrio entre a proximidade e a distância com o nosso objecto de estudo é um dos maiores

desafios de qualquer projecto de investigação e, como anteriormente dissemos, foram várias as estratégias por que optámos em ordem ao rompimento e posterior restauração da nossa relação com o objecto de estudo (Bordieu, 1984).

Se olharmos para a integração destes vários paradigmas na nossa metodologia global de investigação, podemos detectar uma necessidade permanente de validar, e descodificar, a informação originária de uma fonte com aquela que resulta de outra fonte, ou que é por ela indiciada.

A nossa análise histórica não se atém, em exclusivo, às fontes disponíveis, nem se deixa manietar pelos sentidos aparentes que elas manifestam. Constitui propósito claro desta investigação descodificar as intenções e explicar as razões por detrás dos factos e narrativas colectivas que estão no centro do acontecimento em discussão. A nossa metodologia permite cruzar de forma crítica todos os elementos documentais e obervacionais em jogo, em ordem à geração de um esquema explicativo que, por detrás da voragem dos acontecimentos e das dinâmicas sincrónicas das relações fragmentadas de poder, – que se manifestam em decisões tantas vezes incompreensíveis –, detecte os traços de um tempo diacrónico, marcado por estruturas profundas, que organizam todo o espaço público, e modelam a evolução dos indivíduos e das instituições que se movimentam no seu interior.

Outra intenção, para além da validação do processo de análise e da recolha de dados, que presidiu a esta divisão do percurso metodológico, foi a de dividir a análise do objecto em várias perspectivas que, de forma mais clara e com melhor organização geral do trabalho, garantissem uma cobertura eficaz de todas as variáveis. Uma metodologia histórico-documental permite-nos avaliar uma instituição *per se*, enquanto algo

historicamente localizável e possuidor de uma dinâmica de evolução própria, mas também relaciona esse processo com as outras dinâmicas e forças em confronto, enquanto que a observacional facilita a análise processual e longitudinal da forma como os sujeitos, individual e colectivamente organizados, intervieram na produção e implementação das representações que resultaram do acontecimento.

Os objectivos delineados para esta investigação respeitam a problemas por vezes abordados e discutidos no âmbito do discurso dos responsáveis políticos, mas raramente objecto de análise longitudinal que enquadre as políticas educativas e a história das instituições de ensino no âmbito de processos e dinâmicas sociais mais amplas e estruturantes. A tentativa de sistematização e análise que apresentamos lida com cada um dos elementos da relação que nos propomos analisar – escolas, indivíduos, poderes sociais, consequências das dinâmicas colectivas sobre a organização de sistemas de ensino –, de uma forma sistemática e suportada na análise empírica e na avaliação crítica. É nossa convicção que tal rigor e distanciamento crítico constituem condições essenciais ao desenvolvimento de um trabalho original e profícuo, em ordem à valorização e melhor entendimento daquele que é, sem dúvida, um objecto social da maior importância: a Universidade.

3 - Problema

Como alguém disse no passado, no comboio para o progresso os nossos assentos estão todos virados para a retaguarda. Os investigadores ainda não tiveram oportunidade de se virar ao contrário e ver para onde é que estamos a andar. Se não conseguimos ver muito adiante em direcção ao futuro, ao menos que sejamos capazes de descrever aquilo que se nos depara imediatamente à nossa frente, para que possamos ajudar aqueles que estão a decidir a escolher quais os bilhetes a comprar.

Ronald Rice, 1984

As problemáticas que este trabalho pretende analisar podem ser agrupadas em três grandes áreas, a saber:

a) Natureza da relação entre as instituições de ensino superior e a organização social;
b) Função das instituições de ensino superior e dos seus modelos de organização;
c) Papel da mudança social, nas políticas educativas, e relação destas com o quadro evolutivo das instituições.

A análise da relação entre uma instituição e a organização social deve ser sempre encarada em função da tensão permanente entre a contingência e o determinismo em todo o processo de configuração e desenvolvimento de uma instituição e das práticas, arranjos sociais e conhecimentos que a integram (Lievrouw, 2002).

Muitas das novas formas de compreender as instituições de ensino superior e o seu papel social, bem como a definição de um quadro social em que são decididas as políticas educativas que possibilitam tais modelos, resultam de desenvolvimentos recentes e de circunstâncias económicas e sociais que não estavam, em parte, presentes no período em apreço. Mas, simultaneamente, iremos observar uma certa imutabilidade institucional, em todo este período, de que a Universidade Livre, paradoxalmente, também faz parte. Suposta ilustração de um modelo de organização do ensino superior, quase original, até então, no nosso País, o modelo privado, a Universidade Livre surge como tentativa clara de um grupo de indivíduos, alheados do poder que lhes era conferido noutras instituições, em circunstâncias políticas diferentes, perpetuarem aí os modelos de organização que conheciam. De facto, um dos problemas imediatos que se coloca a qualquer análise do processo de evolução da Universidade Livre, que relacione a mesma com um modelo particular de organização de instituições de ensino superior, – o modelo privado –, é o facto de estas instituição servirem, aparentemente, na sua origem, quase exclusivamente, como uma base de acolhimento de professores “saneados”, na sequência da Revolução de Abril. Ora grande parte desses indivíduos estava alheada de práticas de gestão não-públicas – e pouca, ou nenhuma, simpatia teria por modelos institucionais não centralizados no Estado.

Será que só a necessidade e a oposição às novas forças políticas, que então despoletavam, é que os entusiasmou para a criação de uma instituição privada de ensino não-público, ou já existiria, desde o início deste Projecto, uma consciência da viabilidade e importância de modelos privados de organização de instituições de ensino superior, bem como da necessidade de retirar ao Estado o papel principal de promotor de

actividades de ensino superior, remetendo-se o mesmo a uma actividade reguladora e promotora do respeito pelas normas constitucionais?

No que se refere a a), podemos então sintetizar o problema da seguinte forma: será que o surgimento do projecto da Universidade Livre é, em exclusivo, um fruto das circunstâncias políticas da época, sendo, por isso, e em exclusivo, um resultado da conjuntura social, ou podemos atribuir ao projecto outras propriedades que o configurem como representante de um modelo original de organização de estabelecimentos de ensino superior?

O debate entre um imperativo económico e um imperativo social ou organizacional, só pode ser compreendido à luz do processo histórico de evolução do nosso País e dos conflitos que aí se materializaram entre as várias forças em acção.

Quando, em meados dos anos 70, a Universidade Livre emerge como exemplo de um novo paradigma de ensino, até aí ausente do nosso País – o ensino livre da tutela do Estado, em que as instituições de ensino superior são suportadas em modelos e estruturas privadas de organização e gestão – embora fosse de esperar que tal facto tivesse a sua origem em indivíduos ou colectivos relacionados com a actividade académica, já não seria tão fácil aceitar que uma parte desses indivíduos tivesse da Universidade uma visão conservadora e visasse com esse projecto a defesa de interesses corporativos.

A mudança política que se operou, no nosso País, a partir da década de setenta, vai acarretar alguns factos novos para a organização do ensino superior e para a definição de políticas educativas, mas também vai manter, embora com diferentes actores e perspectivas ideológicas distintas, muitas das condições que já no período do Estado Novo presidiam à estruturação do sistema de ensino superior e respectivas políticas de

ordenamento. O nosso trabalho reflecte uma necessidade de mudança que, então como hoje, se continua a fazer sentir.

Relativamente a b), podemos, então, sintetizar a nossa problemática da seguinte forma:

Será que o projecto da Universidade Livre contribuiu de forma positiva para a inovação e evolução da Universidade Portuguesa, apresentando o modelo privado de organização das instituições como um modelo viável, e mais produtivo, que o modelo público?

Como em qualquer outro campo de investigação, também as Ciências Históricas, nomeadamente aquelas que lidam com a história das ideias ou com a história da educação e respectivas instituições, se vão modelando e adaptando os seus procedimentos de análise e metodologias de investigação, às transformações patenteadas pelos seus objectos de estudo e às mudanças suscitadas pelo surgimento de novos objectos.

O surgimento, em Portugal, de projectos educativos, não tutelados pelo Estado, provocou dinâmicas sociais originais e exige ser compreendido através de instrumentos, pelo menos em parte, distintos daqueles que são aplicados para a análise de instituições de natureza pública. A importância de critérios económicos e de gestão, para a análise e avaliação de instituições de ensino superior, só se impôs porque passou a haver no sistema instituições que, além das tuteladas pelo Estado, e das relações de poder que se estabelecem no espaço intra-institucional, e que, no caso do acontecimento em apreço, estão no centro de toda a discussão, sendo totalmente distintas da lógica organizacional das instituições públicas e transformam, muitas vezes, estas instituições em algo mais aberto e exposto à conflitualidade social. O caso da “Livre” é disto um excelente exemplo

e mostra bem que a escola privada acaba por estar na Sociedade Portuguesa mais próxima da dinâmica e da tensão social, do que a escola pública tradicional em grande parte alheada da realidade envolvente.

Assim, o principal problema associado à relação entre estas instituições e a organização social, é a complexidade da relação que entre elas se estabelece ao longo de um processo de desenvolvimento que envolve as políticas educativas como potencial elemento determinante do sector, mas que, por sua vez, e sendo estas políticas resultado directo das respectivas circunstâncias, depende da mudança social do seu próximo destino.

Assim, podemos sintetizar a problemática envolvida em c) como: se tal como em a) se coloca a questão de avaliar se o projecto da Universidade Livre é, em exclusivo, determinado na sua génese pela mudança social e pelas circunstâncias políticas do período, relativamente ao quadro evolutivo das instituições, importa ainda perceber de que maneira é que o projecto da “Livre” veio a configurar um modelo de evolução de todo o sector privado no nosso País e a encarnar, ele próprio, parte dos valores trazidos pela mudança social. Devemos, no entanto, e como já dissemos anteriormente, acentuar este quadro problemático, interrogando-nos sobre qual teria sido o processo evolutivo do ensino privado no nosso País se não fosse este o quadro de mudança social das políticas educativas que se lhe seguiram.

Se o problema central da nossa tese diz respeito à criação de um esquema explicativo do processo de surgimento e evolução da Universidade Livre e respectiva relação com a dinâmica social e política do período, já os problemas colaterais, relativos à discussão do papel do Estado num sistema de ensino superior, e à importância da

definição de políticas educativas adequadas às circunstâncias sociais e às necessidades de desenvolvimento económico do País, alargam o nosso horizonte de reflexão a temáticas muito mais amplas e, estamos convencidos, que contribuem significativamente para a relevância do nosso trabalho.

Grande parte do quadro teórico em que se move a nossa análise é marcado por uma teoria da formatação social das organizações (Lievrouw, 2002).

Esta teoria contextualiza as organizações e instituições sociais relativamente à acção humana, à dinâmica social e à envolvente cultural, estando fundamentalmente preocupada com as consequências do quadro social para a experiência individual e colectiva.

A teoria da formatação social nega, peremptoriamente, qualquer forma de determinismo e enfatiza o papel da acção, nomeadamente a política, subjectiva em todo o processo de evolução de uma organização. Ao longo da sua evolução, esta teoria tendeu a substituir a casualidade de influências em desfavor das estruturas políticas e económicas e a favor da sociedade (MacKenzie & Wacjman, 1999). Recentemente (Law & Hassard, 1999) o problema da casualidade linear foi ultrapassado, com a aceitação de que nem as envolventes económicas ou políticas nem a sociedade são suficientes para explicar o dinamismo do processo de formatação social de uma organização e, consequentemente, quer as organizações, quer os indivíduos, devem ser vistos como nós relacionados de redes em mudança (Castells, 2000).

Outro quadro teórico parcialmente presente no nosso trabalho, nomeadamente na forma como compreendemos a relação entre o papel dos média e a difusão dos acontecimentos mediáticos, num quadro de transformação política, é a teoria da difusão

das inovações (Rogers, 1995). Esta teoria descreve e estuda as formas como novas ideias ou práticas são introduzidas e adoptadas num sistema social. Estes estudos têm uma orientação holística que privilegia a análise das partes a partir das suas interacções, daí resultando um enfoque total destas teorias na estrutura da rede como elemento essencial de explicação da acção dos indivíduos.

A teoria da formatação social é uma abordagem construtivista que rejeita o determinismo, enquanto que a teoria da difusão se concentra na influência e formas de persuasão para afirmar que são as redes de relacionamentos e de sentidos partilhados que moldam a sociedade. Ambas estas teorias ultrapassam os modelos lineares anteriores e enquanto a teoria da difusão analisa os processos de adopção de uma mensagem, objecto ou constructo colectivo, a teoria da formatação social preconiza uma intervenção crítica permanente (Lievrouw & Livingstone, 2002).

Estas duas perspectivas sobre a relação entre as organizações, os seus produtos e a mudança social têm sido muito influentes no desenvolvimento recente das ciências sociais e ambas fornecem excelentes ferramentas para se poder descrever e observar a relação entre as organizações, os seus produtos, e a sociedade. Ambas as perspectivas irão estar presentes no nosso trabalho, nomeadamente nas partes que se referem à elucidação dos problemas associados à relação entre a Universidade e a sociedade.

Não é intenção deste trabalho produzir grandes discursos generalistas ou indicar medidas sociais e políticas para o futuro. Essa não é uma tarefa que tenha lugar neste contexto. A nossa intenção é utilizar os dados resultantes da nossa análise como contributo adicional para a análise contextual mais vasta e para a compreensão e avaliação crítica do processo de evolução histórica do sistema de ensino superior em

Portugal. Mais do que explicar as variâncias localizadas, a nossa investigação procura descrever as características de um processo que está integrado no contexto mais vasto de evolução da Sociedade Portuguesa e de gestação das suas condições actuais.

4 - Hipótese e Proposta

O golpe militar de 25 de Abril de 1974, que pôs termo ao regime ditatorial implantado em 28 de Maio de 1926, trouxe com ele entre muitas outras esperanças, a da resolução dos problemas mais gravosos do nosso ensino.

Rómulo de Carvalho, 1983

A hipótese nuclear do nosso trabalho é a de que o processo de criação e evolução da Universidade Livre reflecte uma dinâmica social particular da sociedade portuguesa e veio a marcar a configuração posterior de todo o subsistema de ensino privado em Portugal e das políticas educativas com ele relacionadas.

A inventariação e análise de muitas das mudanças sociais que aconteceram no nosso País, no período em causa, têm sido objecto de longos e detalhados estudos (Barreto, 2000), e a análise da relação entre mudança social e políticas educativas também tem estado várias vezes no topo da agenda de vários investigadores (Teodoro, 2001).

O 25 de Abril permitiu o advento efectivo de condições para a maturação de formas de análise da realidade portuguesa, nomeadamente no campo das ciências sociais, que estando em formação desde a década de sessenta vêem, neste período, consolidar-se os seus programas de estudo e investigação (Nunes, 1988). De facto é então que se começa a fazer sentir o interesse de vários cientistas sociais, incluindo historiadores, por problemáticas do campo educativo.

O conhecimento da realidade portuguesa, no campo educativo, tem no trabalho de Stoer, *Educação e Mudança Social em Portugal* (1986), um marco que abre uma importante linha de investigação em busca de uma suposta especificidade, no contexto Europeu, do desenvolvimento do sistema educativo português. O autor estabelece, com base numa distinção conceptual entre Estado e Sociedade Civil, quatro fases na história recente dessa relação, em Portugal, entre os inícios do Estado Novo e o final da década de oitenta. Para este autor, a década de setenta é uma década de “transição”, em que assistimos à formação, em Portugal, de uma nova concepção educativa, onde o campo da educação se tornou lugar charneira da mediação das exigências emergentes da sociedade civil, e discussão das estratégias e políticas para o desenvolvimento do País.

O surgimento e consolidação de um ensino não-público, no nosso País, tem de ser enquadrado neste processo de consolidação de uma escola de massas e de resposta às ansiedades de formação. Assumindo a condição semi-periférica do nosso País (Santos, 1990), este autor coloca Portugal e as suas Políticas Educativas como um exemplo de confluência entre a crise e a consolidação de um modelo de *escola de massas*.

Esta leitura centrada na vertente social da evolução das políticas e realidades educativas deve, pelo menos em ordem à prossecução de uma análise do surgimento de um modelo não-público de ensino superior em Portugal, ater-se também na relação entre os decisores políticos e o sistema social que os envolve. No caso da Universidade Livre, o nosso trabalho explicita, como hipótese metodológica, que o contexto histórico e social de surgimento do Projecto é essencialmente uma manifestação do imaginário social de indivíduos e grupos que em parte se encontram em tensão com outros actores do poder político. Esta hipótese direcciona toda a nossa linha de investigação para a consideração

da decisão política e do jogo entre actores no interior de um sistema de poder (Ambrósio, 1990), como principal fio condutor da nossa análise.

Se considerarmos como momento fundador da Universidade Livre a escritura notarial realizada em 28 de Abril de 1977, através da qual se constituiu a Cooperativa de Ensino Universidade Livre (CEUL, Crl), verificamos facilmente que grande parte dos actores, aí presentes, eram indivíduos relacionados com franjas políticas que se opunham a partes significativas das forças mais à esquerda que então lideravam o processo de mudança social em Portugal. Contra uma visão centralista e estatista da organização dos estabelecimentos de ensino superior, este grupo vem opor ideologicamente uma noção de gestão não-pública da escola. Ao afirmarmos que este grupo se vem “opor ideologicamente” a outros grupos de poder, queremos dizer que utiliza a noção de gestão privada como cobertura para uma posição ideológica. A própria denominação da escola faz disso eco, na medida em que a expressão “Livre” não se refere aqui ao conceito histórico de “ensino livre”, tal como ele surge na Europa liberal, por oposição ao ensino criado e mantido sob tutela do Estado, mas, antes, como referência política a um ensino que se quer “livre” das influências do Estado e, neste caso, das influências de visões marxistas e estatizantes que à data imperavam para lá da “cortina de ferro”.

Mas se é uma lógica política que está na base de todo o processo, já a sua evolução posterior, e é isso que a nossa hipótese pretende testar, aponta para uma lógica de longa duração, em que a criação e extinção da Universidade Livre marca um momento de ruptura, ou pelo menos tal pretendemos provar, com uma visão de organização do ensino superior que, embora com matizes totalmente distintas, não varia muito entre o período anterior e posterior ao 25 de Abril e, antes, se enquadra numa linha de

continuidade que reflecte os próprios equilíbrios de poder e perspectivas dos grupos dominantes na sociedade portuguesa.

Esta nossa análise crítica do processo de evolução do ensino superior no Portugal recente é obviamente devedora do trabalho de António Nóvoa (1987) que, com o seu modelo de análise do processo de profissionalização dos professores, em Portugal, entre o século XVIII e o século XX, constitui uma referência obrigatória na forma como é possível articular abordagens históricas e sociológicas. Contra muitas das tendências descritivas que preponderavam na Historiografia Portuguesa, o autor apresenta um estudo diacrónico de longa duração, onde procede a uma compreensão crítica da realidade objecto, evitando julgamentos precipitados ou avaliações opinativas. A complexidade que António Nóvoa encontra na evolução da profissão docente, no nosso País, é a mesma que encontramos na análise da evolução do sistema de ensino superior. A sua preocupação em enquadrar os momentos de continuidade ou de ruptura, no âmbito de estruturas de longa duração, que os explicitam, e descodificam as suas motivações profundas, constitui um legado epistemológico essencial para o nosso trabalho e para muita da investigação recente feita no nosso País no campo da história da Educação.

A nossa hipótese de trabalho explicita esta intenção de compreender e analisar os problemas de hoje graças a uma investigação científica do passado. Entre esses problemas encontra-se uma questão organizacional central que está na base do conflito gerado no seio da Universidade Livre. Essa questão diz respeito ao próprio modelo de gestão adoptado – o modelo cooperativo – modelo esse que é defendido pelas principais forças políticas da época (Miranda, 1995), como a única forma válida de organização não-pública de estabelecimentos de ensino universitário. O principal argumento em

defesa do modelo cooperativo é o de que o mesmo é o único que garante o carácter “não comercial” da actividade de ensinar e de aprender.

O aprofundamento da nossa problemática e a refinação da nossa hipótese exigem que se introduza esta variável organizacional, como crucial para a compreensão do problema da Universidade Livre e, considerando a relação que tal variável tem com as políticas educativas do período e de fases posteriores, que se interrogue a partir da experiência da Livre, a viabilidade de um modelo de gestão organizacional onde a liderança e o exercício do poder são complexos e dependentes de uma lógica de gestão participada, tradicionalmente alheada dos modelos de gestão que vingaram em Portugal.

Ainda ao nível organizacional, vamos encontrar no processo da Universidade Livre uma outra fonte de tensão, que se voltará a repetir em várias ocasiões, no ensino privado em Portugal, e que possui estreita ligação com o problema anterior. Tal fonte de tensão diz respeito ao próprio modelo interno de organização da instituição. Criada como organização cooperativa, a Universidade Livre não separa os seus órgãos de gestão académica e empresarial. Ou seja, embora formalmente existisse uma separação entre os corpos sociais da cooperativa e os órgãos académicos, na raiz de todo o conflito que, quase desde o início, marca a Universidade Livre, está o questionamento permanente do papel de cada um destes órgãos no funcionamento corrente da instituição e a definição das competências e posicionamento relativo de cada um dos indivíduos que os integravam.

Este problema, que podemos classificar como de índole organizacional, virá posteriormente a tornar-se crucial para o desenvolvimento de todas as instituições de ensino superior em Portugal. Com a actual integração destas instituições num espaço

europeu e global de formação, esta passou, provavelmente, a ser a principal problemática, no campo do ensino superior. Num tempo onde a procura pela eficiência administrativa e pela racionalidade financeira se tornou crucial para a competitividade das organizações (Porter, 1991), é altamente questionável a existência de modelos de gestão de estabelecimentos de ensino superior que se colocam sob a alçada de indivíduos, com elevada experiência académica, mas sem quaisquer conhecimentos das práticas de gestão. A responsabilidade pela condução dos destinos de uma organização que nas condições actuais em nada, a não ser na natureza do seu objecto e dos seus fins, se distingue de outras organizações que coexistem no interior de uma economia de mercado, tenham ou não tenham fins lucrativos (Drucker, 1993).

O tipo de hipóteses que apresentámos insere-se, claramente, numa metodologia de investigação que questiona de forma crítica os efeitos da acção política. Por “efeitos da acção política” entendem-se as mudanças que ocorrem no comportamento das sociedades, em termos de conhecimentos, formas de organização ou atitudes como resultado de um quadro político e social. Não queremos com esta definição afirmar qualquer linearidade entre a acção política e a organização social. A dificuldade de determinação directa de uma causa é um obstáculo imediato à comprovação deste tipo de hipóteses, o que veio a originar proposições em favor dos efeitos mínimos das políticas na condução da actividade educacional (Dale, 1990).

Por exemplo, num outro campo de análise social, o das ciências da comunicação, as teorias do efeito atingiram um apogeu nas décadas de 40 e 50, com a introdução, nas hipóteses de investigação, de alíneas que preconizam a existência de efeitos directos e indirectos sobre o sujeito, como resultado da transmissão de uma mensagem

comunicacional. Um efeito directo ocorre como resposta imediata a uma mensagem, enquanto que um efeito indirecto se refere a uma mudança no comportamento de um indivíduo em função dos efeitos directos de uma mensagem. Entre os efeitos indirectos que maior atenção mereceram, durante as décadas de 60 e de 70, devem destacar-se as hipóteses formuladas em torno da deslocação temporal ou ocupacional (Webster, 2002), como resultado de um efeito indirecto dos média. Estas análises concluíram que os efeitos indirectos eram inclusivamente muito mais poderosos do que os efeitos directos, porque eram invisíveis aos olhos dos indivíduos e podiam complementarmente funcionar como um mecanismo de reforço.

A percepção dos efeitos indirectos e o reforço das tecnologias da comunicação, veio a originar a doutrina dos “efeitos condicionais”, que estipula que uma determinada tecnologia tem um tipo de efeitos sob determinadas condições e pode ter outros sob outras condições. A introdução da contingência como elemento essencial para a formulação de qualquer hipótese no campo dos estudos em comunicação, é a principal conclusão que resulta desta reconceptualização da natureza dos efeitos das tecnologias da comunicação (Roberts & Maccoby, 1985).

O nosso trabalho reconhece a validade destas abordagens teóricas para a análise das políticas educativas e da forma como elas intervêm na modelação das organizações, mas não desenquadra essa análise da compreensão da vivência própria de cada organização, dos indivíduos e das suas relações, em contextos sociais e culturais.

As hipóteses formalizadas de acordo com esta teoria centram-se na verificação de três tipos de impactos sociais das políticas educativas: os impactos desejáveis, os impactos directos e os impactos antecipados (Rogers, 1986).

Uma abordagem comum neste tipo de perspectiva consiste na comparação de determinadas variáveis de um sistema antes e depois da introdução de uma política. Essa metodologia de *avaliação* é a que melhor se adequa à verificação de hipóteses relacionadas com a implementação e impactos sociais de novos modelos de gestão. Na medida em que a nossa hipótese lida, em parte, com este género de questões, já num ponto anterior desta introdução mencionámos que a nossa metodologia pode, genericamente, ser considerada de avaliação.

No entanto, e na medida em que essa metodologia integra diversas variáveis sociais e históricas, pertencentes a outros tipos de perspectivas, a nossa hipótese não se “limita” à análise dos dados recolhidos através de um ou mais documentos e inquéritos.

Em resumo, podemos afirmar que a nossa hipótese reflecte, simultaneamente, uma teoria dos impactos sociais da acção política no campo educativo, enquanto processo, e uma teoria da formatação social, enquanto sistema de relações histórica e culturalmente constituído e modelado. Cada um dos participantes – indivíduos e organizações – nesta rede de relações e na sua materialização, constitui para este trabalho uma unidade válida de análise.

À luz do exposto, a hipótese nuclear do nosso trabalho pode então ser definida da seguinte forma: *A Universidade Livre surge como reflexo de uma dinâmica social específica de um período da Sociedade Portuguesa e como formulação de uma alternativa a modelos de desenvolvimento preconizados pela acção política. O seu processo de evolução demonstra a incoerência organizacional dos seus princípios e coloca em causa modelos posteriores de desenvolvimento gerados para o ensino superior em Portugal.*

A nossa hipótese pode assim ser resumida em três alíneas que cada parte da tese irá discutir:

1 – a Universidade Livre é fruto das condições da Sociedade Portuguesa no período subsequente ao 25 de Abril e reflecte as tensões sociais em jogo. O acontecimento mediático que se gera em torno do processo é disso espelho;

2 – a Universidade Livre demonstra possuir no seu interior uma forte dose de incoerência organizacional que se irá posteriormente reflectir nos modelos de desenvolvimento dos estabelecimentos de ensino superior privado em Portugal;

3 – o processo da Universidade Livre coloca em evidência a natureza de muitas das políticas educativas seguidas em Portugal, nas últimas décadas, e as razões de muitos dos seus insucessos.

Como reflexão subjacente à quase totalidade da discussão, vamos encontrar a problematização do papel da Universidade na Sociedade Portuguesa, nomeadamente no que se refere aos modelos de gestão em causa e às formas de representatividade que a mesma promove.

Se o caso da Universidade Livre resulta na sua dinâmica política das circunstâncias específicas da Sociedade Portuguesa do período pós-25 de Abril, já a evolução global do sistema pode ser enquadrada num movimento diacrónico de longa duração que, sendo marcado no seu arranque pela reforma de Veiga Simão, continua ainda nos nossos dias a ser difícil de compreender na sua totalidade e a moldar em grande parte o nosso sistema de ensino superior.

5 - Descrição da Dissertação

A dissertação está dividida em cinco partes que percorrem um itinerário histórico e crítico que vai da revisão da literatura e do enquadramento teórico à discussão e validação crítica dos dados documentais e observacionais.

Este itinerário reflecte duas preocupações centrais do trabalho: em primeiro lugar, a preocupação de analisar e discutir a natureza da relação entre as políticas educativas e os modelos de desenvolvimento do ensino superior em Portugal e, em segundo lugar, a preocupação de caracterizar essa dinâmica social e os acontecimentos que lhe estão associados. Da soma destas duas preocupações resulta o nosso objectivo de analisar criticamente o processo da Universidade Livre em função das condições sociais de evolução do nosso País e das políticas educativas que têm sido prosseguidas.

As políticas educativas são apresentadas no nosso trabalho de três formas distintas: como instrumento de transformação social, como produto da evolução social e como geradoras de consequências sociais.

Embora todas estas dimensões estejam presentes ao longo do trabalho, cada uma das suas partes trata mais directamente com uma dimensão particular do processo da Universidade Livre e da sua relação com os dois pólos envolvidos nas políticas educativas: o Estado e a Sociedade.

A primeira (II parte) parte lida essencialmente com a análise da situação da sociedade portuguesa e das suas instituições de ensino superior no período em apreço. Durante esta parte do trabalho procede-se à redefinição do quadro teórico e à descrição do estado da arte. Ainda nesta parte do trabalho são apresentadas as razões ideológicas e sociais que norteiam as políticas educativas da época e procede-se a uma tentativa crítica

de enquadramento das mesmas dentro de uma lógica de organização social muito anterior ao período revolucionário, demonstrando-se, assim, um certo imobilismo da sociedade portuguesa, que se vai em grande parte reflectir no processo que estamos a discutir.

Na segunda parte do trabalho (III parte) descreve-se cronologicamente todo o processo da Universidade Livre e enquadra-se a sua génese e o conflito que se sucede na dinâmica social anteriormente descrita.

A terceira parte (IV Parte) do trabalho coloca em jogo todos os aspectos anteriormente estudados a partir de uma análise do acontecimento mediático a que a Universidade Livre deu origem. Esta análise é realizada com base num estudo de análise de imprensa, que é cruzado com os dados documentais em ordem à discussão e avaliação crítica de todo o processo.

O trabalho conclui-se (V Parte) com a verificação da validade da hipótese e da metodologia por que se optou e com a enunciação dos principais achados que podem contribuir para a evolução da área científica em que se insere a dissertação, bem como com a enunciação de algumas considerações mais genéricas sobre as ilações que se podem retirar deste estudo e respectiva relevância para a compreensão da evolução do ensino superior privado no nosso País.